

CONSERVAÇÃO DAS
PEDRAS HISTÓRICAS
limites e impasses nas
intervenções

Jorge Eduardo Lucena Tinoco

Volume 67

2024

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 67

SÉRIE 2 - GESTÃO DE RESTAURO

CONSERVAÇÃO DAS PEDRAS HISTÓRICAS

limites e impasses nas intervenções

JORGE EDUARDO LUCENA TINOCO

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2024



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Tomás de Albuquerque Lapa, Diretor Geral
Jorge Eduardo Lucena Tinoco, Diretora Adjunta

Conselho de administração

Virginia Pontual, Presidente
Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro, Conselheira
André Renato Pina Moreira, Conselheiro
Vera Lúcia Milet Pinheiro, Conselheira
Paula Maria W. Maciel do R. Silva, Conselheira

Suplentes

Ricardo Cavalcante Furtado, Suplente
Rosane Piccolo Loretto, Suplente
Renata Campello Cabral, Suplente

Conselho fiscal

Norma Lacerda Gonçalves, Presidente
Laura Karina Nobre Alecrim, Conselheira
Vânia Cristina Silva Cavalcanti, Conselheira
Rosane Piccolo, Conselheira
Juliana Cunha Barreto, Conselheira

Suplentes

Barbara Cortizo de Aguiar, Suplente
M^a de Fátima Gusmão Furtado, Suplente
Fernando Diniz Moreira, Suplente

Conselho Científico

Karla Nunes Penna - Presidente
Ana Rita Sá Carneiro
Fernando Diniz Moreira
Flaviana Barreto Lira
Jorge Eduardo Tinoco
Juliana Cunha Barreto
Luis de La Mora
M^a Fátima Furtado
Mônica Harchambois
Natalia Vieira
Norma Gonçalves Lacerda
Renata Cabral
Ricardo Cavalcante Furtado
Roberto Antônio Dantas de Araújo
Rosane Piccolo
Silvio Mendes Zancheti
Tomás de Albuquerque Lapa
Vânia Cristina Silva Cavalcanti
Vera Lúcia Milet Pinheiro
Virgínia Pitta Pontual

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Conselho Editorial:

Série 1 – Gestão da Conservação Urbana
Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro
Série 2 – Gestão de Restauro
Tomás A. Lapa, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo
Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural
Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda – PE
53.020-130 – Brasil
Fone/Mobil.: +55 81 99560-1105
ceci@ceci-br.org www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autores Jorge Eduardo Lucena Tinoco
Título: CONSERVAÇÃO DAS PEDRAS HISTÓRICAS - limites e impasses nas intervenções
Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI
Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série 2 – Gestão de Restauro
Local e ano de publicação: Olinda, 2024
ISSN: 1980-8267

CONSERVAÇÃO DAS PEDRAS HISTÓRICAS

limites e impasses nas intervenções *

Jorge Eduardo Lucena Tinoco *

Resumo – Este artigo propõe uma reflexão sobre os desafios na conservação de pedras históricas, destacando os dilemas entre mínima intervenção e necessidades estéticas ou estruturais. Reflete sobre a dificuldade de aplicar teorias de restauro na prática, citando exemplos de intervenções no Brasil. Discute a importância de respeitar a autenticidade e integridade dos bens culturais, enquanto se adapta às realidades contemporâneas e às expectativas do público.

Palavras chave: conservação de pedras históricas, teoria da restauração, autenticidade, integridade.

INTRODUÇÃO

Durante os trabalhos da conservação do forro da sacristia da Capela de São Roque, da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda, em madeira policromada do século XVIII, a equipe do CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, deparou-se com questionamentos quanto à aplicação das recomendações emanadas pelos teóricos do restauro nas práticas das intervenções, particularmente, no caso das lacunas e perdas nos objetos arquitetônicos, escultóricos ou pictóricos. Naquela ocasião as discussões eram acaloradas tanto no canteiro dos serviços como nos debates que ocorriam semanalmente com os associados na sede na Entidade. As reflexões sobre o tema induziram à elaboração e publicação do Texto para Discussão que recebeu título: *Os limites do restauro: impasses projetuais* (veja-se em <<https://www.gestaoderestauro.org/textos-para-discussao>>, Série II – Gestão de Restauro, Vol. 41)

* Texto elaborado para a submissão ao IPHAN-PE do projeto de conservação e restauração dos componentes artísticos (bens) integrados e aplicados da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife.

* Jorge Eduardo Lucena Tinoco, arquiteto (UFPE-1976), especialista em conservação e restauro de monumentos e conjuntos históricos (FAU/UFMG-1978), trabalha na área da preservação do patrimônio construído desde 1970. É o atual Diretor Geral do CECI.

Decorridos mais de uma década daquele trabalho, este autor se depara com as recorrentes dificuldades de identificar os limites e resolver os impasses para exercitar na prática as diretrizes da teoria de modo a conciliar os postulados dos idealistas. Isto está ocorrendo nas intervenções de conservação das pedras de cantarias do cruzeiro e dos muros do adro da Igreja de Santo Antonio do antigo Convento Franciscano de João Pessoa, na Paraíba (BR), atual Centro Cultural São Francisco – CCSF, que vêm sendo executadas (2023), dentro do Projeto Caminhos da Fé, da Arquidiocese da Paraíba (<<https://arquidiocesepb.org.br/caminhos-da-fe/>>).

- Quais são os impasses e os limites que desafiam o profissional Gestor de Restauro?
- Como superar ambos?

DILEMA

Os Brandinianos são loquazes quando advogam a mínima intervenção necessária e as garantias da integridade e autenticidade do bem cultural pela legitimação do restauro, da sua materialidade. Os Muñozistas, equivocadamente considerados liberais, buscam a preservação dos aspectos e das funções simbólicas dos objetos, se preocupando com os gostos e as necessidades intangíveis dos usuários. As tentativas de conciliações dessas antinomias nem sempre resultam soluções de intervenções que satisfaçam seus adeptos, configurando-se as práticas apenas recortes desse ou daquele, e até de ambos os teóricos. Ao nível institucional público, numa normativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tem-se a premissa ao *respeito aos valores estéticos, históricos e culturais do Bem e, na medida do possível, pautar o projeto pelo princípio da MÍNIMA INTERVENÇÃO na autenticidade do mesmo, seja ela artística, histórica, dos materiais ou dos processos de execução*.¹ Segundo Kühl, essa diretiva remonta ao final do século XIX, com Camillo Boito, que consolidou *uma via que se contrapôs à prática difusa de tentativas de voltar a um suposto estado original, unidade de estilo, ou estado anterior qualquer ... preconizando o respeito pela*

¹ Páginas 13 e 14, do manual *Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura Manual para elaboração de projetos*. Série Cadernos do DEPAM, nº 2, Brasília – DF, 2019. Ver em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manualbensmoveis_web.pdf>. Acesso e impressão em: out.2023.

*matéria original, pelas marcas da passagem do tempo e pelas várias fases da obra, além de recomendar a mínima intervenção e, no caso de acréscimos, a distinguibilidade da ação contemporânea, para que esta última não fosse confundida com aquilo que subsistia da obra, o que poderia levar o observador ao engano de considerá-la como antiga.*²

O preceito da *mínima intervenção necessária* com vistas à conservação da autenticidade e integridade de um bem é ressonante numa parcela de profissionais que atua na preservação cultural do patrimônio construído. Entretanto, pelo menos em nosso país, muitos são os que optam pela conduta contrária, não poucas vezes resultando no “velhinho em folha”, ou seja, nas intervenções de restauro que restabelecem, refazem, reconstituem os componentes e elementos construtivos e artísticos com aparências de “acabado de fazer”, atendendo aos clamores pessoais, do público usuário ou dos simples passantes observadores. Alias, até mesmo a entidade que deve zelar pela premissa da *mínima intervenção* apresenta inúmeros exemplos que contradizem essa máxima.

Ao nível do público em geral, o gosto pela sanidade e salubridade estéticas é razoável porque, embora com conceitos distintos, ambos se interligam de mãos dadas no contexto do bem-estar mental e físico das pessoas. Para esse público, os ambientes e edificações antigas devem refletir estéticas saudáveis e salubres, de luz e alegria, refletindo a vida presente num passado sempre renovado. Para o público intelectualizado, isto é, para aqueles que possuem educação ou conhecimento mais elevados em áreas específicas ou em geral, frequentemente são adeptos aos preceitos que incorporam reflexões mais profundas e críticas sobre o Antigo, o Autêntico, o Íntegro. Evidentemente que esse público rejeita às coisas danificadas, desgastadas, decaídas, que deterioram seus atributos e valores seja pelo uso prolongado ou por negligências. Seja como for, existem de ambos os lados argumentos tanto mais convincentes quanto sejam as altiloquências dos defensores desta ou daquela conduta.

² KÜHL, Beatriz Mugayar in *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*. Disponível em: <<http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo,%20texto%203.pdf>>. Acesso e impressão em: out.2023.

É um fato que, para aqueles que executam na prática diária dos canteiros os serviços de conservação, a opção pelo restauro, refazimentos acentuados, as intervenções são geralmente bem mais fáceis de executar. Para tanto, basta a expertise de um mestre artífice ou, na falta deste, uma orientação segura de quem sabe como se faz a um profissional habilidoso e inteligente. Entretanto, o contrário, isto é, a aplicação da conduta da intervenção mínima exige um atributo a mais, algo além da expertise do mestre artífice ou da inteligência do profissional habilidoso. Trata-se da capacidade de o mestre ou o profissional possuir uma visão crítica a partir da assimilação dos preceitos que subjazem a máxima teórica. Esse tipo de pessoa não se encontra com facilidade no mercado de trabalho. Mesmo que se encontrem pessoas com essa qualidade, cada uma traz em si um conjunto de condições cognitivas e de cabedais de conhecimentos que as diferenciam uma das outras. Evidentemente que, numa intervenção de pequena monta, isto é, num componente pequeno, a diretiva da mínima intervenção para se garantir a autenticidade e a integridade de um bem será mais fácil porque apenas uma pessoa estará envolvida na execução. O trabalho irá expressar esteticamente os resultados dos níveis, dos limites autoimpostos pelo profissional na sua busca pela correta sintetização do preceito. Os impasses que se apresentam têm resoluções embasadas no seu acervo crítico, pessoal, sendo que as suas análises, avaliações e tomadas de decisões não enfrentam confrontações que não a lógica da sua dialética interna. A aceitação do seu trabalho pelos pares será proporcional à sua habilidade de dominar as técnicas mais avançadas e recomendadas pelos teóricos do restauro. Já no caso de grandes intervenções, que exijam vários profissionais nas tarefas, há necessidade de mais pessoas, ficando mais difícil se obter o equilíbrio, ou melhor, a harmonia do conjunto. Não é fácil se conciliar as antinomias e idiosincrasias de várias pessoas, que o diga um regente de orquestra. É necessário força pela presença de autoridade e domínio do assunto que se conduz. É preciso que todos os envolvidos entendam e compreendam o que se espera como resultado. É preciso haver ensaios para simular situações variadas para superação dos impasses, alguns visivelmente predisponentes outros ocultos.

SOLUÇÃO

Para superar os impasses ou as dúvidas quanto aos limites das incursões para a mínima intervenção, o profissional deve focar na adjetivação “necessária” que sempre sucede essa premissa, isto é, nas condições e nos fatores operantes e predisponentes que afetam e podem vir afligir o bem ao decaimento, aos danos, às infestações deletérias. Não é por acaso que essa conduta é íntima ao protocolo das boas práticas da conservação como uma premissa fundamental à preservação do bem. O restauro ou o refazimento sempre foi categorizado como uma ação de caráter excepcional em todos os documentos emanados pelos encontros nacionais e internacionais de especialistas para a salvaguarda do patrimônio. Para o profissional obter êxito nas ações que perfilam a mínima intervenção é necessário maximizar a compreensão sobre o estado de conservação do bem e, particularmente, deter conhecimentos seguros quanto aos materiais, as técnicas e os sistemas construtivos, entendendo como cada componente e elemento se relacionam e interagem entre si, o todo e o meio ambiente. Evidentemente que, esse rol de informações conjuga-se com a exigência do conhecimento aprofundado sobre o passado do bem, principalmente quanto às intervenções realizadas anteriormente. Um levantamento histórico que reúna o mais amplo quadro de dados pretéritos, associado a um detalhado mapeamento de danos permitem que sejam delineadas as áreas limites ao profissional nas suas ações saneadoras, evitando-se incertezas e impasses de decisões quanto aos níveis das intervenções necessárias.

EXEMPLOS

Os casos dos serviços das recuperações das pedras de cantarias do cruzeiro e dos muros do adro, realizados pelos técnicos do antigo SPHAN de Pernambuco³, o primeiro em época anterior à década de 1970 e o segundo precisamente no ano 1973, fornecem material para se refletir sobre o que se expõe aqui.

1. **Muros:** O par Leões de Foo, um em cada lado na entrada do adro, apoiados sobre uma pilastra de cantaria com modenaturas dóricas, destacam-se na ornamentação dos muros. A composição desse adro franciscano é um dos mais interessantes e belos

³ Acrônimo do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

existentes no país. Antes de ser um caminho para se adentrar na igreja, especificamente, esse adro é um espaço que convidava o fiel à meditação, reflexão e interação. Com seu monumental cruzeiro à frente, possui uma Via Crucis ou Paixão de Cristo, referindo-se à

jornada de Jesus ao Calvário, que normalmente é retratada desde o momento de sua condenação até a sua crucificação e sepultamento. Tradicionalmente representada em 14 estações, e cada estação representa um momento particular dessa jornada. Em João Pessoa encontram-se 6 estações em painéis de azulejos portugueses do século XVIII, emolduradas em nichos de cantarias. São eles: Jesus no Horto das Oliveiras, A Prisão de Jesus, O Açoite de Jesus na Coluna, Jesus Ecce Homo, Jesus Carregando a Cruz, Jesus Coroado com Espinhos.

Entre os nichos assentam-se revestimentos de silhares de azulejos azul e branco.

Fig. 01 - Fotomontagem, mostrando em primeiro plano o cruzeiro e em detalhe o Leão de Foo, ambos antes dos serviços de conservação. Local: adro da Igreja de Santo Antonio do antigo Convento Franciscano de João Pessoa. (fonte: acervo do autor).



O Leão da esquerda⁴, que guarnece a entrada do adro, foi objeto de testes de limpeza e de reconhecimento do estado de conservação. Após esses procedimentos, identificaram-se fortes impregnações de microrganismos e danos de deslocamentos de ornatos causados pelos parasitas. Imagens do Acervo Digital do IPHAN⁵ de 1973 mostram o estado de conservação das pedras totalmente infestadas de microrganismos e sujidades urbanas diversas⁶. Naquele mesmo ano foram realizados

⁴ Lembrando que a identificação de direita e esquerda numa edificação se dá semelhante aos lados de uma pessoa.

⁵ Disponível em: <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/>>. Acesso e impressão em out. 2023.

⁶ No cruzeiro foram retiradas diversas amostras das infestações de microrganismos e de planta, acusando os resultados tratarem-se de: colônias dos gêneros *Rhizocarpon* e *Coenogonium* (líquens crostosos); vegetação tipo *Nephrolepis exaltata* (samambaia-espada); sujidades derivadas da ação humana, notadamente CO₂, carvão

os trabalhos de limpeza e restauro, tanto das cantarias como dos azulejos.

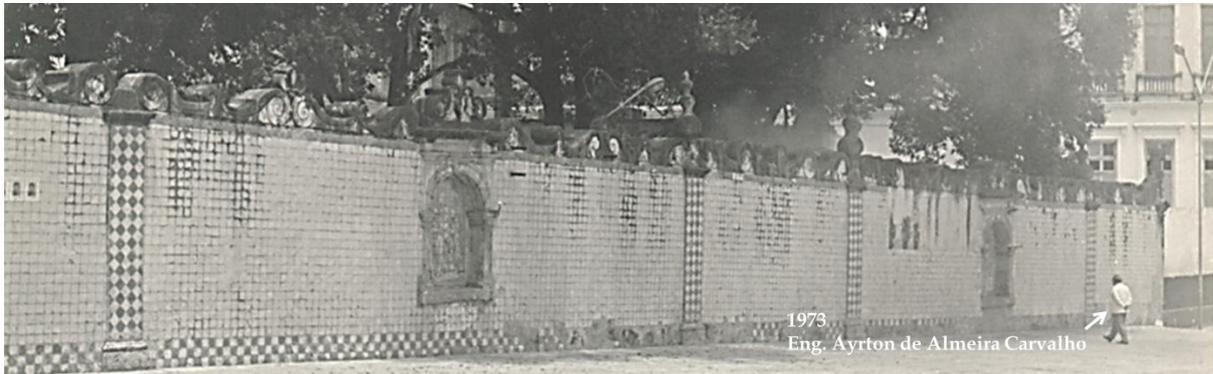


Fig. 2 - Fonte: Acervo IPHAN: <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/28310/FPE01036.jpg?sequence=1&isAllowed=y>>. Antes dos serviços de limpeza e restauro. Dr. Ayrton visitando o adro. Legenda deste autor.



Fig. 3 - Fonte: Acervo IPHAN:
<<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/28689/FPE01069.jpg?sequence=1&isAllowed=y>>. Durante as intervenções nas cantarias e nos azulejos.

Alguns anos mais tarde, pouco mais de uma década, encontram-se imagens no Acervo do IPHAN mostrando as cantarias dos muros novamente infestadas de microrganismos. Evidentemente que, a recorrência da parasitagem deveu-se a ausência de manutenções adequadas, pois o meio ambiente é tropical, hostil, muito próximo de manguezais e do oceano, quente e úmido durante a maior parte do ano.



molecular e enxofre, provavelmente, oriundo dos gases dos veículos movidos a combustão interna. ALVES JR, Antonio, in *Relatório de Análises da Igreja do Convento de São Francisco João Pessoa – Paraíba*, Laboratório de Química Analítica e Microbiologia, do Departamento de Química, da Escola Técnica Professor Agamenon Magalhães (Recife-PE).

Fig. 4 – Leão de Foo encimado na pilastra lateral esquerda do adro, mostra (parcialmente) um poste de ferro que ficava ao lado, interferindo na visada do bem. (fonte: Acervo IPHAN:

http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/28639?discover?rpp=10&etal=0&query=cruzeiro&filtertype_0=spatial&filter_relational_operator_0>equals&filter_0=Jo%C3%A3o+Pessoa%2C+Para%C3%ADBa+%28PB%29.

Com a limpeza geral ficaram desvelados os danos nos elementos artístico-constructivos, levando os técnicos da Entidade⁷ às intervenções de reparos. Na época, a conduta era o que se denomina na atualidade de *ripristino* ou refazimento da forma ou do aspecto primitivo, onde se utilizaram enxertos de argamassa de cimento, cal e areia tanto nas pedras de cantarias como nas áreas complementares em alvenarias dos volumes e ondulações da composição do topo do muro.

Desde aquela época não se encontraram mais registros de intervenções no local, embora no período de 2007 a 2009 tenham sido realizadas ações de conservação nos painéis de azulejos. As imagens mais recentes colhidas pelo autor mostram infestações severas nas pedras sendo, após os testes de limpeza, foi possível observar o nível de decaimento do Leão e das pedras adjacentes. Na orelha esquerda e na parte superior da boca, enxertos de argamassa de cal, cimento e areia, estavam desprendidas, descoladas do suporte (pedra). Também alguns desgastes ficaram visíveis, como a pupila do olho esquerdo (fig. 6b) e outros relevos mais. A deliberação do nível de intervenção limitou-se às colagens da orelha (fig. 06b) e do lábio superior (fig. 6a) com injeção de resina epoxídica, com arremates de argamassa sílico-mineral hidráulica. A mimetização das tonalidades foi realizada com a técnica do *intonatio*, usando-se óxido natural da Joules & Joules, diluído em água de cal calcítica maturada. Genericamente denominada Crosta-negra, as ações dos microrganismos por sucessivos longos períodos afetaram a tonalidade da pedra

⁷ O engenheiro Ayrton de Almeida Carvalho respondia na época pelo SPHAN de Pernambuco, sempre auxiliado em campo pelo seu encarregado, Sr. José Ferrão Castelo Branco. As condutas de intervenções que eram adotadas tinham lastro nas trocas de experiências e conhecimentos entre Dr. Ayrton com o Mário Tavares Chicó, da Direção Nacional do Monumentos de Portugal. Inclusive, Dr. Ayrton chegou a publicar o texto *Algumas Notas Sobre o Uso da Pedra na Arquitetura Religiosa do Nordeste*, publicado na Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 6, e republicado em 1978, pela FAU/USP, em *Arquitetura Religiosa*. Ele foi chefe da 3ª regional da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (1946), ficando no cargo até a criação da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1980; continuou na Fundação Nacional pró-Memória por mais uma década até se afastar do serviço por motivo de saúde.

calcária pelas infiltrações na porosidade, gerando tons acinzentados⁸. A conduta limitou-se à remoção superficial, em duas lavagens e aplicação de biocida e desparasitante a fim de se obter uma resistência pouco mais prolongada de até um ano sem novas infestações, dando oportunidade à Administração do CCSF realizar os procedimentos de manutenções periódicas⁹. Vejam-se imagens dos procedimentos:



Fig. 5 - Situação em set. 2023 antes da limpeza. (fonte: acervo do autor)



Fig. 6 - Situação em set. 2023 após a limpeza. (fonte: acervo do autor)

⁸ As publicações distribuídas pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* - ICCROM e pelo *International Council on Monuments and Sites* - ICOMOS são unânimes em afirmar que os líquens secretam ácidos que ajudam a dissolver os minerais da pedra, de forma a obter nutrientes. Esses ácidos alteram a superfície da pedra, causando descoloração ou erosão. Também, como qualquer organismo, líquens e algas morrem e os depósitos dos respectivos resíduos orgânicos, particularmente nas pedras porosas, vêm manchá-las. Algumas indicações: *The Conservation of Stone - Proceedings of the International Symposium*, junho 19 a 21 de 1975, publicado pelo Centro per la Conservazione delle Sculture all'Aperto, R. Rossi-Manaresi, Bolonha, 1976; *Problemi di Conservazione*, Giovanni Urbani, Bolonha, 1973; *Conferences on the Weathering of Stones, Brussels 1966-1967*, ICOMOS, Paris, 1968.

⁹ Com orientações do químico Antonio Alves Junior, foram realizadas duas lavagens: uma inicial, apenas com água potável e, após, outra com solução de 3% de detergente alcalino Extran, mais 0,15% de hidróxido de Amônio, utilizando-se uma pistola pressurizadora de baixa pressão, com capacidade de 1,5 a 10 m.c.a, com bico de leque, mantendo-se um distanciamento de 30 ou mais centímetros das superfícies. Em algumas áreas houve a necessidade de se fazer esfregas com escovas de nylon de densidades, formatos e dimensões diversas. O biocida utilizado foi o Metilparabeno (Nipagin) à 3% e o desparasitante foi o acetato de Cobre à 5%, solvidos em Tolueno com Paraloid B-72 à 5%.

Fig. 7 – Situação em out. 2023, após a conservação. (fonte: acervo do autor)

2. **Cruzeiro:** Talvez um dos maiores do Brasil Colonial, simboliza o Monte Gólgota com as escarpas delineadas por um conjunto de perfilaturas e molduras expressivamente inspiradas em Vignola¹⁰. Encontrava-se com infestações generalizadas de microrganismos e vegetações, além de grande número de desprendimentos de ornatos tanto de pedras



como dos enxertos cimentícios realizados no passado pelo IPHAN¹¹. O projeto de conservação foi realizado em junho de 2022, seguido da execução em julho do ano seguinte, dentro do Projeto Caminhos da Fé já mencionado. Como estava recoberto por um manto negro e devido o acesso às áreas mais elevadas só ser possível através de andaimes, não se teve condições de avaliar as extensões dos decaimentos e danos nos elementos artístico-constructivos do monumento. Só após a limpeza identificaram-se as áreas de perdas, dos enxertos e das próteses, tanto cimentícios como em pedras. Semelhante ao Leão de Foo, as ações para eliminação dos microrganismos, que por um longo período causaram vários estragos, deixaram manchas escuras na pedra que não permitem o resgate da tonalidade creme dourado do calcário que adicionava uma sensação de calor e riqueza ao monumento¹². Muitas áreas de enxertos cimentícios desprenderam-se das pedras, mesmo aquelas fixadas com pinos (tarugos) metálicos. Foi realizada uma varredura para verificação das aderências das antigas intervenções, sendo removidas as que se apresentaram sem consistências, infiltradas e com sinais de deslocamento. A maioria dos danos e das

¹⁰ *Regola delli Cinque Ordini d'Architettura*, de Giacomo Barozzi da Vignola (1ª edição em 1562). Veja-se *reprint* de 2018, disponível em sites de vendas de livros online.

¹¹ Argamassa á base de cimento + cal + areia, feita segundo a antiga receita: 3 partes de areia traçada em 1 parte de cal, deixando-se curtir a massa por mais 48 horas; após, 6 partes da argamassa curtida traçada com 1 parte de cimento Portland. O próprio José Ferrão Castelo Branco passou essa receita para este autor, enquanto era estudante de Arquitetura no início da década de 1970. Aliás, receita que meu avô e o meu pai também utilizavam nas suas obras e serviços.

¹² Cor que ainda pode ser vista nas cantarias que compõem a galilé que, por um motivo ainda desconhecido, se mantém imune aos ataques dos microrganismos em grande área.

perdas concentram-se no pedestal escalonado e recortado por grandes toros e delicadas perfilaturas até o nível das águias e pelicanos ao pé da cruz. Inclusive, as reconstituições cimentícias realizadas no passado nas aves míticas não foram exitosas em comparação com as originais nas reproduções dos detalhes das cabeças e patas.

As opções para garantir as mínimas intervenções necessárias foram: (a) respeito às intervenções válidas do passado, provavelmente há mais de cinquenta anos, que se apresentaram firmes, consistentes; (b) eliminação das áreas predisponentes às ações de recorrências de microrganismos e vegetações como fendas, buracos, arestas afiadas pelas quebras dos antigos enxertos; (c) refazimentos de modenaturas que haviam sido recuperadas com tarugos metálicos; (d) respeito aos desgastes pelo tempo para se assegurar a percepção de ancianidade das cantarias. A técnica da distinguibilidade foi aplicada nos materiais dos enxertos, utilizando-se argamassa de cal, argila e areia média no traço: 1 parte de pasta de cal calcítica, maturada há mais de 45 dias; 1 parte de saibro (argila com alto teor de Óxido de Alumínio) com granulometria fina/média; 2 partes de areia média, lavada (cinco lavagens em água potável). Essa massa foi aplicada como emboço, sendo que, nas áreas com espessuras além de 3cm, foram aplicados casquilhos com fragmentos de tijolo cerâmicos modernos com uma pequena dosagem de açúcar cristal para assegurar propriedades de “elasticidade”. Para acabamento ou reboco com espessura de até 5mm, foi utilizada uma argamassa industrializada para assentamento de blocos de vidro¹³.
Vejam-se as imagens que ilustram as condutas aqui defendidas:

¹³ A opção por esse tipo de argamassa deveu-se pelas características e propriedades diferenciadas das comuns, utilizadas em tijolos ou blocos cerâmicos, principalmente devido às características únicas dos blocos de vidro. Estes têm propriedades diferentes em termos de expansão térmica, absorção de água e peso. Embora não venha registrado na embalagem a composição da argamassa, em razão das restrições garantidas pela legislação de proteção ao segredo industrial, a expertise deste autor, reconhece o emprego dos materiais como: cimento branco estrutural, que serve como o aglomerante principal da mistura; cal, pois sua adição melhora a trabalhabilidade, a aderência e reduz a probabilidade de fissuras; areia siliciosa e quartzosa lavadas e queimadas (isentas de impurezas); aditivos na formulação para assegurar flexibilidade com impermeabilidade como dispersões e adesivos, provavelmente, o Acrodur e/ou o Masterseal 515, ambos da BASF. Evidentemente que, no passado, se utilizavam açucres, sal, proteínas animais e resinas orgânicas para dotar as argamassas com vários tipos de propriedades especiais.



Fig. 8 - Imagem do acervo digital do IPHAN (sem data), mostrando o Cruzeiro, provavelmente, na segunda metade do século passado. Fonte: <<http://acervodigital.iphan.gov.br/>>



Fig. 9 - Tomada em junho de 2023, antes do início dos trabalhos.



Fig. 10 - Deslocamento de enxertos antigos



Fig. 11 - Infestações e sujidades generalizadas





Fig. 12, 13 e 14 – Após as intervenções.



Fig. 15 – Após as intervenções.

Conclusão

O resultado dos trabalhos pode não atender ao gosto de todos, pois há aqueles que desejam ver o “patrimônio histórico” na sua inteireza, desprezando os sinais de decaimentos da passagem do tempo, como outros que querem reconhecê-los antigos pelas marcas da sua história. Este autor entende que a percepção da "ancianidade"

em um objeto antigo envolve vários fatores e depende tanto das características intrínsecas do objeto quanto da maneira como é percebido pelos indivíduos e culturas a que pertençam. A idade de um objeto, sua história, seu estilo, materiais e a forma como foi preservado ou desgastado ao longo do tempo são elementos que contribuem para essa percepção. As coisas antigas geralmente mostram sinais de desgastes e têm uma pátina, isto é, alterações na cor ou textura devido ao uso, exposição ao ambiente ou aos processos naturais de envelhecimento que se formam ao longo do tempo. Evidentemente que, a tipologia e as formas artísticas de um bem indicam o seu período histórico específico e quanto mais elas se mantêm nos componentes construtivos e artísticos originais é visto e reconhecido como autêntico, antigo. Além disso, a história de um objeto, incluindo sua origem, quem o possuía e como foi utilizado, contribui para a percepção da sua idade e importância. Assim, a percepção do antigo pode variar conforme o conhecimento e a experiência do observador com a história, arte e as antiguidades. Em diferentes culturas, a idade de um objeto pode ser valorizada de maneiras distintas, influenciando emoções ao evocar sentimentos de nostalgia, conectando pessoas a tempos passados, histórias familiares ou à história coletiva. A antiguidade de um objeto pode gerar curiosidade sobre a sua história e origens, despertando um sentido de conexão de mistério e fascínio, saudosismo e memória com o Passado. Não sendo mais um objeto devocional, o cruzeiro e os demais componentes do adro da Igreja de São Francisco do antigo Convento Franciscano apresentam-se como um museu, como uma coleção de espaços e artefatos arquitetônicos que tem a responsabilidade de transmitir a percepção de sua antiguidade e autenticidade, da sua história.

As recomendações emanadas pelo IPHAN para *pautar o projeto pelo princípio da MÍNIMA INTERVENÇÃO* ... (cit.) lastreiam-se num consenso generalizado nas instituições, construído ao longo de inúmeros congressos, encontros e seminários internacionais e nacionais de preservação, tendo como marco a Carta de Veneza (1964) e os documentos subsequentes publicados pela UNESCO e ICOMOS, onde a premissa da *mais valia pela conservação* prevalece sobre a excepcionalidade do restauro. No entendimento deste autor, apenas a conservação garante a percepção da

autenticidade da ancianidade de um bem cultural – percepção multidimensional, onde se entrelaçam os aspectos físicos, históricos, culturais, emocionais e psicológicos; percepção tanto mais como uma experiência subjetiva do indivíduo como quanto um consenso social e cultural sobre o que constitui uma "antiguidade" e seu valor.

João Pessoa 14 de novembro de 2023.

Ficha Técnica dos Serviços de Conservação do Cruzeiro

Responsáveis técnicos:

Cíntia Guedes, arquiteta

Jorge E. L. Tinoco, arquiteto

Thalita Oliveira, arquiteta

Colaboradores:

Maria Janiely da S. Siqueira, eng^a de segurança

Maria Virginia Barata, encarregada

Cícero Benício da Silva, estucador

Eliseu Costa, estucador

Francisca Edilene da S. Souza, restauradora

Gerson Soares d S. Junior, auxiliar de restauração

Manoel Meireles C. Santos, auxiliar de restauração

Fiscalização:

Ana Luiza Schuster da Costa, arquiteta, IPHAN-PB

CECI

Olinda 2024